

J. E. Carreira Alvim

**LEI DOS JUIZADOS
ESPECIAIS CÍVEIS
ESTADUAIS
COMENTADA**

7ª Edição – Revista e Atualizada

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-068-3

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –

Centro Comercial D'uro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Alvim, J. E. Carreira.

A475 Lei dos juizados especiais cíveis estaduais: comentada /
J. E. Carreira Alvim – 7.ed. rev., atual. – Curitiba: Juruá, 2020.
200 p.

1. Juizados especiais cíveis. 2. Juizados especiais
estaduais. I. Título.

CDD 347.04 (22.ed)

CDU 347.994

00019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

Lei 9.099, de 26.09.1995

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º	15
1 JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS (JEC)	15
Art. 2º	18
2 CRITÉRIOS INFORMATIVOS DO PROCESSO	19

Capítulo II DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Seção I DA COMPETÊNCIA

Art. 3º	22
1 CAUSAS DE COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL	23
2 COMPETÊNCIA PARA EXECUÇÃO DA SENTENÇA	31
3 CAUSAS EXCLUÍDAS DO JUIZADO ESPECIAL	32
4 RENÚNCIA AO CRÉDITO EXCEDENTE À ALÇADA LEGAL	33
Art. 4º	34
5 COMPETÊNCIA DE FORO	34

Seção II DO JUIZ, DOS CONCILIADORES E DOS JUÍZES LEIGOS

Art. 5º	39
1 DIREÇÃO DO PROCESSO, REGRAS DE EXPERIÊNCIA E NORMAS JURÍDICAS PARTICULARES	39

Art. 6º	43
2 DECISÃO DE EQUIDADE, OS FINS SOCIAIS DA LEI E AS EXIGÊNCIAS DO BEM COMUM.....	43

Art. 7º	45
3 NATUREZA JURÍDICA DOS CONCILIADORES E JUÍZES LEIGOS	45
4 IMPEDIMENTO DA ADVOCACIA PELO JUIZ LEIGO.....	47

Seção III DAS PARTES

Art. 8º	49
1 PARTES: QUEM PODE E QUEM NÃO PODE SER.....	49

Art. 9º	55
2 POSTULAÇÃO PELA PRÓPRIA PARTE OU ATRAVÉS DE ADVOGADO	55

Art. 10	61
3 PROIBIÇÃO DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS E ADMISSÃO DE LITISCONSÓRCIO	61

Art. 11	64
4 INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	64

Seção IV DOS ATOS PROCESSUAIS

Art. 12	65
1 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	65

Art. 12-A	66
------------------------	-----------

Art. 13	67
2 VALIDADE E NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS	67
3 DOCUMENTAÇÃO DOS ATOS ESSENCIAIS E PROCESSO ELETRÔNICO	70

Seção V DO PEDIDO

Art. 14	73
1 PEDIDO INICIAL, REQUISITOS E ADITAMENTO.....	73

2	TUTELA PROVISÓRIA E RECURSO DA DECISÃO	77
3	DIVERSAS ESPÉCIES DE PEDIDO.....	81
Art. 15.....		83
4	PEDIDOS ALTERNATIVOS OU CUMULADOS	83
Art. 16.....		86
5	REGISTRO DO PEDIDO E SESSÃO DE CONCILIAÇÃO	87
Art. 17.....		87
6	SESSÃO DE CONCILIAÇÃO INDEPENDENTEMENTE DE REGISTRO DO PEDIDO	87
7	DISPENSA DE CONTESTAÇÃO FORMAL E PEDIDO CONTRAPOSTO	88
8	DESISTÊNCIA DA AÇÃO OU DO PEDIDO	89
Seção VI		
DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES		
Art. 18.....		90
1	FORMA E REQUISITOS DA CITAÇÃO.....	91
2	COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO DO RÉU	93
Art. 19.....		94
3	FORMA E REQUISITO DAS INTIMAÇÕES; E CONTA- GEM DE PRAZO EM <i>DIAS ÚTEIS</i>	94
Seção VII		
DA REVELIA		
Art. 20.....		96
1	DIFICULDADE DE EXEGESE	96
2	REVELIA E PRESUNÇÃO DE VERDADE.....	97
3	REVELIA E INTIMAÇÃO DO RÉU	98
Seção VIII		
DA CONCILIAÇÃO E DO JUÍZO ARBITRAL		
Art. 21.....		99
1	VANTAGENS DA CONCILIAÇÃO, DA MEDIAÇÃO E ADVERTÊNCIA SOBRE O LITÍGIO.....	100
Art. 22.....		102
2	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	102

Art. 23	107
3 REVELIA E JULGAMENTO DE PLANO.....	107
Art. 24	108
4 JUÍZO ARBITRAL NO JUIZADO ESPECIAL	108
Art. 25	110
5 PROCESSO ARBITRAL E JUÍZO DE EQUIDADE.....	110
Art. 26	110
6 LAUDO ARBITRAL E HOMOLOGAÇÃO PELO JUIZ TOGADO	111

**Seção IX
DA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

Art. 27	112
1 AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	112
Art. 28	114
2 PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	114
Art. 29	114
3 INCIDENTES PROCESSUAIS E DECISÃO DE PLANO	115
4 PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA PARIDADE DE TRATAMENTO.....	115

**Seção X
DA RESPOSTA DO RÉU**

Art. 30	116
1 RESPOSTA DO RÉU E FORMAS DE CONTESTAÇÃO	116
Art. 31	117
2 PROIBIÇÃO DE RECONVENÇÃO E ADMISSÃO DE PEDIDO CONTRAPOSTO.....	117
3 MOMENTO DA RESPOSTA DO RÉU	118

**Seção XI
DAS PROVAS**

Art. 32	119
1 MEIOS DE PROVA ADMITIDOS.....	119
Art. 33	121

2	LIMITAÇÃO, EXCLUSÃO E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA	121
Art. 34.....		123
3	AUDIÊNCIA DE DEPOIMENTO DAS TESTEMUNHAS.....	123
4	INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS E CONDUÇÃO À FORÇA.....	123
Art. 35.....		124
5	PROVA TÉCNICA E PARECER TÉCNICO.....	124
6	INSPEÇÃO JUDICIAL.....	125
Art. 36.....		125
7	PROVA ORAL SEM REDUÇÃO A ESCRITO.....	126
Art. 37.....		126
8	INSTRUÇÃO DIRIGIDA POR JUIZ LEIGO	126

Seção XII DA SENTENÇA

Art. 38.....		127
1	SENTENÇA E REQUISITOS LEGAIS.....	127
2	IMPOSSIBILIDADE DE SENTENÇA ILÍQUIDA.....	129
Art. 39.....		130
3	INEFICÁCIA DA SENTENÇA QUE ULTRAPASSAR A ALÇADA LEGAL	130
Art. 40.....		130
4	SENTENÇA A CARGO DO JUIZ LEIGO E CONTROLE PELO JUIZ TOGADO	130
Art. 41.....		132
5	SENTENÇA RECORRÍVEL E IRRECORRÍVEL.....	132
6	TURMA RECURSAL, SUA ESTRUTURA E COMPETÊNCIA	134
7	<i>JUS POSTULANDI</i> NO RECURSO	134
Art. 42.....		135
8	PRAZO E FORMA DO RECURSO	135
Art. 43.....		137
9	EFEITOS DO RECURSO	137
Art. 44.....		137

10	DOCUMENTAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS E RECURSO.....	137
Art. 45		138
11	INTIMAÇÃO DA SESSÃO DE JULGAMENTO.....	138
Art. 46		138
12	FORMALIDADES DO JULGAMENTO PELA TURMA RECURSAL	138
Art. 47		139

Seção XIII DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 48		139
1	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E SUSPENSÃO DO PRAZO PARA RECURSO	140
Art. 49		143
2	FORMA DE INTERPOSIÇÃO E PRAZO PARA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	143
Art. 50		143
3	EFEITO SUSPENSIVO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	143
4	ESGOTAMENTO, NA FUNDAMENTAÇÃO, DAS QUESTÕES ARGUIDAS PELAS PARTES	144

Seção XIV DA EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO

Art. 51		145
1	EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.....	145
2	AUSÊNCIA DA PARTE E FORÇA MAIOR.....	148

Seção XV DA EXECUÇÃO

Art. 52		148
1	APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	149
2	CÁLCULO A CARGO DE SERVIDOR JUDICIAL.....	150
3	INTIMAÇÃO DA SENTENÇA NA PRÓPRIA AUDIÊNCIA	151

4	EXECUÇÃO COM DISPENSA DE NOVA CITAÇÃO	151
5	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR, DE FAZER E NÃO FAZER, E MULTA	152
6	INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO, PERDAS E DANOS E EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	152
7	OBRIGAÇÃO DE FAZER A CARGO DE TERCEIRO	153
8	MULTA NAS OBRIGAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA	153
9	ALIENAÇÃO FORÇADA DE BENS	153
10	EMBARGOS À EXECUÇÃO E HIPÓTESES DE CABIMENTO	154
Art. 53	157
11	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	157
12	EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	159
13	AÇÃO MONITÓRIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS	161

Seção XVI DAS DESPESAS

Art. 54	164
1	GRATUIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS	164
2	PREPARO DO RECURSO	165
Art. 55	167
3	CASOS DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ	167
4	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	168
5	DISPENSA DE CUSTAS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO	169

Seção XVII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 56	169
1	CURADORIAS E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	169
Art. 57	170
2	ACORDO EXTRAJUDICIAL NO JUIZADO ESPECIAL	170
Art. 58	172
3	CONCILIAÇÃO E NORMAS DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	172

Art. 59	173
4 INADMISSÃO DE AÇÃO RESCISÓRIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS	173
Capítulo IV	
DISPOSIÇÕES FINAIS COMUNS	
Art. 93	174
1 LEI ESTADUAL E SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS, SUA ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA	174
Art. 94	175
2 AUDIÊNCIAS FORA DA COMARCA	175
Art. 95	176
3 PRAZO DE INSTALAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	176
Art. 96	177
4 VIGÊNCIA E EFICÁCIA DA LEI 9.099/1995	177
Art. 97	177
5 LEIS REVOGADAS	177
REFERÊNCIAS	179
ANEXO	181
ÍNDICE REMISSIVO	189